

17

**Desafios e oportunidades para o
desenvolvimento (sustentável)
do Centro-Oeste**

MARCEL BURSZTYN

RESUMO

Este texto não pretende responder a uma questão específica. O objetivo é tecer considerações sobre as características estruturais da atual base econômica do Centro-Oeste brasileiro, apontar gargalos e sugerir estratégias. Como o foco não é mensurar, mas sim analisar qualitativamente aspectos do contexto geral que são perceptíveis “a olho nu”, não houve uma preocupação em apresentar números precisos que sirvam de fundamento às questões levantadas. Os dados estão disponíveis em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipeadata e outras. O texto também não apresenta um debate com a literatura sobre o tema ou uma análise dos fundamentos de documentos de referência para políticas públicas, como a Política Nacional de Ordenamento do Território, os planos de desenvolvimento regional, as políticas de infraestrutura etc. Muitos dos elementos que não constam deste texto poderão ser encontrados em outros capítulos da presente obra. As linhas de ação aqui sugeridas têm como alvo os formuladores de políticas públicas, incluindo as fontes de financiamento aos setores público e privado. As estratégias apontadas levam em consideração aspectos que já marcam o panorama da economia regional (como a deficiência de infraestrutura) e também tendências de médio e longo prazos (como a mudança climática e novas exigências dos mercados).

ABSTRACT

This paper does not intend to answer a specific question. The aim is to take into consideration the structural characteristics of the current economy in Brazil's Central-West, pinpointing obstacles and suggesting strategies. Since the focus is not to measure, but to qualitatively analyze aspects of the general context that are perceptible “to the naked eye”, there was no concern in reporting accurate numbers on which to base the issues raised here. Data are available from sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Ipeadata and others. This paper neither presents a debate on literature related to the topic nor an analysis of foundations established in reference documents for public policies, such as the National Policy for Land-use Planning, regional development plans, infrastructure policies etc. Many of the elements not included in this paper

can be found in other chapters of this study. The efforts suggested here have targeted public-policy makers, including sources of financing to public and private sectors. The strategies outlined take into account aspects that have already marked the landscape of regional economics (such as infrastructure shortcomings) and also medium-and long-term trends (such as climate change and new market demands).

BREVE DIGRESSÃO HISTÓRICA

O Centro-Oeste brasileiro sempre chamou a atenção de viajantes e estudiosos pelo caráter exuberante de sua natureza diversa, suas potencialidades e sua riqueza cultural. O antropólogo francês Lévi-Strauss narrou sua experiência nos anos 1930, com foco nos indígenas. O Marechal Rondon desbravou sertões como pré-requisito à instalação de linhas telegráficas. Ambos geraram importantes fontes para uma fotografia da região bem antes da intensa onda de ocupação humana e econômica, promovida a partir dos anos 1970.

A tese de Maria Inês Malta Castro [Castro (2001)] relata as impressões que manifestavam os visitantes da região, classificados nas categorias brasileiros e estrangeiros, entre o fim do século XIX e os anos 1930. Um traço interessante em relação à percepção dos estrangeiros era a perplexidade destes diante do que consideravam um comportamento pouco empreendedor dos fazendeiros de Mato Grosso. Na época, aquele estado era formado pelos atuais estados do Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e de Rondônia. Os estrangeiros achavam que uma terra tão rica em termos de recursos naturais e de possibilidades de prosperidade econômica deveria ser mais intensamente explorada, com vista a mercados externos.

Um século depois, o quadro é bem diferente. O Centro-Oeste tornou-se um grande celeiro, conta com uma base econômica forte, baseada em mercado externo e com alta intensidade de exploração dos recursos naturais. As visões românticas de uma

natureza em estado bruto já não se encaixam na realidade. As advertências de Lévi-Strauss em *Tristes trópicos* quanto à fragilidade dos indígenas diante da chegada iminente da “civilização” do homem branco se confirmam. O olhar pragmático e economicista dos viajantes de outrora não encontraria hoje uma realidade tão pouco produtiva.

Sob o olhar dos novos viajantes, o que chama a atenção agora é a pujança do agronegócio, a prosperidade material de alguns nichos territoriais e, sobretudo, a degradação do ambiente natural.

A história sempre traz ensinamentos para o entendimento do presente e para a prospecção de tendências.

ASPECTOS POPULACIONAIS

A Região Centro-Oeste responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Brasília, com uma renda *per capita* de US\$ 20 mil, é uma exceção ao padrão regional, que é de US\$ 10 mil anuais por habitante, em média. A capital federal, onde vivem pouco menos de 20% dos habitantes de toda a região, concentra 42% de toda a renda regional anual.

Dos quase 15 milhões de habitantes do Centro-Oeste, cerca de 90% vivem em áreas urbanas, o que representa uma taxa superior à já alta percentagem de moradores de cidades no Brasil, que está em torno de 85%.

Estima-se em 30% a participação dos imigrantes no total da população do Centro-Oeste. Esse contingente deslocou-se para a região principalmente a partir dos anos 1970 e buscou escapar dos impasses no sistema fundiário de regiões de ocupação já consolidada no Brasil (Nordeste, Sul, Centro-Sul). A migração também se deu como resposta a estímulos de programas governamentais voltados à colonização e à dinamização da economia da região. Entre esses programas, merece destaque o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

(Polonoroeste) e seu sucessor, o Programa de Desenvolvimento Agroflorestal de Mato Grosso (Prodeagro), ambos financiados pelo Banco Mundial (ver Box 1).

BOX 1 – PRODEAGRO

A proposta do Prodeagro em Mato Grosso surge como estratégia de estabelecer um programa financiado com recursos do Banco Mundial voltado à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, o ponto de partida foi uma primeira aproximação do zoneamento socioeconômico-ecológico, de forma a apoiar ações integradas.

O Prodeagro teve seu início em junho de 1993. A participação social no processo decisório do programa, mesmo que restrita a certos segmentos mais organizados, foi uma questão marcante, que refletia uma tendência geral das decisões públicas em matéria ambiental, à época da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

O Prodeagro inaugurou uma nova postura do Banco Mundial, que passaria a marcar sua ação em todo o mundo: a consideração dos impactos ambientais das obras e programas que financiava. A estratégia consistia em fazer valer as legislações vigentes dos países (no caso do Brasil, o arcabouço institucional e instrumental constante da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938, de 1981).

Ocorre que a própria dinâmica das transformações econômicas e sociais demonstrou a inviabilidade do zoneamento socioeconômico-ecológico, na medida em que este tinha como alvo uma realidade em rápida transformação, em que a ocupação se dava de modo muito mais intenso do que a capacidade do poder público em assegurar o cumprimento das regulamentações. A década de 1990 testemunhou um crescente conflito entre a norma e a realidade, manifestando um descumprimento do zoneamento estabelecido e fragilizando sua legitimidade.

Lições aprendidas em Mato Grosso e também em Rondônia (onde um programa semelhante fora implantado, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo) serviram de referência para a definição da filosofia da estratégia de zoneamento ecológico-econômico adotada pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), no âmbito dos outros estados da Região Amazônica. Nesse caso, em vez de se buscar instituir um zoneamento normativo, optou-se por uma fórmula indicativa que servisse de referência

às decisões quanto ao uso do solo e ao aproveitamento dos recursos naturais.

Fonte: Bursztyn e Bursztyn (2013).

Ao acolher imigrantes, a Região Centro-Oeste deparou-se com uma forte pressão sobre sua já deficiente infraestrutura de educação, saúde, equipamentos urbanos e transportes. Ao mesmo tempo, as localidades de origem dos migrantes desoneraram-se, de certa forma, da necessidade de investimentos em tais serviços. Trata-se de um paradoxo do tipo “conquista do oeste” que penaliza regiões de expansão de fronteira de ocupação humana: chegada de mão de obra pouco qualificada, demanda por investimentos públicos, sistema produtivo carente de logística e de infraestrutura, ausência de regras públicas efetivas; mas tudo isso amparado por um dinamismo econômico considerável.

SOBRE O RECORTE TERRITORIAL

Cabe aqui uma consideração sobre recorte territorial, no âmbito de uma região extensa e diversa como o Centro-Oeste brasileiro. A atual divisão política em estados e municípios é o retrato de um processo de evolução constante que obedece essencialmente a uma lógica de demandas de caráter político. A velha província de Mato Grosso deu lugar aos atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A malha municipal passa por sucessivas fragmentações, provocando consideráveis aumentos do custo da administração pública, que por vezes implica perda de capacidade de investimentos e aumento da dependência dos recursos oriundos das transferências da União.

Para efeito da análise das perspectivas de desenvolvimento, no entanto, as vocações e potencialidades devem ser consideradas mais pelo lado das características naturais do que da divisão político-administrativa. O Centro-Oeste tem seu território distribuído em três grandes biomas, cada um deles com características e potencialidades bem particulares: Cerrado, Pantanal e

Amazônia. As políticas públicas devem seguir parâmetros ditados por tais atributos físicos.

Paralelamente, considerando que quase 90% da população da região vive em centros urbanos, com problemas típicos das cidades de qualquer região brasileira, as estratégias de política para cidades devem ser tratadas de modo agregado, nacionalmente. E, nesse caso, as questões tendem a ser as mesmas para todo o país: saneamento ambiental (incluindo abastecimento e acesso à água potável, rede e tratamento adequado dos esgotos, coleta de águas pluviais e coleta e tratamento dos resíduos sólidos), mobilidade (transporte), vulnerabilidade aos efeitos do clima (enchentes, erosão e desmoronamento de encostas), infraestrutura e equipamentos públicos, segurança, emprego etc.

Para cada um dos três biomas, a definição de uma agenda deve estar sintonizada com as respectivas identidades econômicas e potencialidades naturais: no Pantanal, o destaque é o turismo; no norte de Mato Grosso, a produção de *commodities* (principalmente soja e pecuária bovina); no Cerrado, pecuária bovina, soja, algodão. Nos centros urbanos desses três biomas, a base econômica são os serviços urbanos (comércio, educação e saúde). Nos três contextos, as áreas protegidas (pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc –, bem como pelas políticas indigenista e de populações tradicionais) têm papel cada vez mais relevante.

Em comum, todos os biomas têm gargalos de infraestrutura, de qualificação da mão de obra (educação e formação profissional) e de agregação de valor à base produtiva do setor primário.

CONTEXTO ECONÔMICO

Com exceção de Brasília, a base da economia da região é o setor primário, com destaque para o agronegócio: *commodities* para exportação (soja, algodão, milho e carne) e cana (etanol).

É possível identificar áreas agrícolas que se destacam na produção de determinadas culturas. Em Mato Grosso, as culturas que se destacam são: arroz, soja e milho no norte da capital (Cuiabá); algodão no sul do estado; e cana-de-açúcar em sua parte oeste. No Mato Grosso do Sul, nas proximidades de sua capital (Campo Grande), destaca-se a produção da soja e do trigo; no município de Dourados, soja, cana-de-açúcar, milho e arroz; e ao norte do estado, soja. Em Goiás, destaca-se a produção de algodão, soja, milho e arroz, no sudoeste do estado; no Mato Grosso Goiano (centro do estado), a principal cultura é a cana-de-açúcar.

Vale assinalar que a infraestrutura deficiente, junto com a dependência da formação e preços ditada por mercados internacionais, provoca uma pressão sobre a base econômica, levando a baixa competitividade, *dumpings* social e ambiental (ver Box 2), perdas e limitação em enfrentar conjunturas desfavoráveis na esfera dos preços das *commodities* (ver Figura 1). A fragilidade das condições de infraestrutura e logística da produção soma-se, portanto, à vulnerabilidade inerente à economia do tipo primário-exportadora, que marca o Brasil desde os tempos da colônia.

BOX 2 – DUMPING

O *dumping* econômico é uma situação em que o preço da venda de um produto é inferior a seu custo real de produção. Ocorre quando um produtor mais forte quer eliminar seus concorrentes do mercado.

O *dumping* social é uma situação em que um determinado produto chega ao mercado com preço baixo graças a condições precárias impostas aos trabalhadores envolvidos em sua produção (por exemplo, baixos salários, não pagamento de encargos sociais, uso de mão de obra infantil, trabalho escravo).

O *dumping* ambiental ocorre quando o baixo preço de um produto se deve à degradação do ambiente natural e das condições de vida da população, sem que tais custos sejam incorporados ao produto final (por exemplo, poluição e erosão de solos) [Bursztyn e Bursztyn (2013, p. 164)].

FIGURA 1 A lógica do *dumping* social e ambiental

Fonte: Elaboração própria.

A compensação da perda de competitividade por meio de *dumping* ambiental e *dumping* social gera uma situação de *competitividade espúria*, pois implica o “desconto”, no presente, das condições ambientais de produção no futuro, situação que leva à insustentabilidade do crescimento econômico no longo prazo. Degradação ambiental e precarização do trabalho têm limite e acabam esbarrando em uma situação paradoxal, na qual o *dumping* inviabiliza a própria continuidade do *dumping*.

No caso da cana, a formação de preços para o açúcar ditada pelo mercado externo provoca um efeito pendular (*dampening effect*) que se traduz em frequentes crises de desabastecimento do etanol no mercado interno, fragilizando a política energética para o setor de transportes.

É digno de nota o fato de que a Região Centro-Oeste cresce a taxas mais altas do que a média do Brasil. Mas tal dinâmica esconde também efeitos negativos, como a acomodação aos benefícios de curto prazo trazidos pelo crescimento quantitativo. Como a base da economia regional são *commodities* (carne, grãos, algodão), duas tendências se delineiam:

- i. a vulnerabilidade às vicissitudes dos mercados internacionais e das dinâmicas das economias importadoras desses produtos; e
- ii. uma pressão crescente sobre a logística (armazéns, silos) e a infraestrutura (redes de transporte).

No primeiro caso, os últimos anos têm revelado certa paridade entre ritmo da economia mundial e preços das *commodities*. Retrações na economia tendem a gerar redução na demanda por *commodities*, cujos preços caem, inevitavelmente. No segundo caso, é cada vez mais clara a saturação dos equipamentos e redes disponíveis, fato que acaba se refletindo sobre o que se convencionou chamar de *custo Brasil*. Ora, se o crescimento é principalmente quantitativo, é de se supor que a oferta de equipamentos e redes deve crescer proporcionalmente, fato que não ocorre.

Assim, para manter a competitividade com outras regiões produtoras no mundo, o ônus acaba sendo transferido ao Estado (via investimentos que são socializados pela totalidade da população) ou ao meio ambiente (via *dumping* ambiental). Esse último ponto é crucial para o entendimento das disputas de *lobbies* políticos associados ao agronegócio, no sentido de minimizar a abrangência e a efetividade das políticas ambientais. Por exemplo, o Código Florestal, aprovado em 2012, teve de ser devidamente moldado a pressões e exigências do agronegócio, cujo peso na economia regional e brasileira é indiscutível.

Mais do que apenas um conceito, o *dumping* ambiental é uma realidade. A (ainda) grande disponibilidade de terras, marca do avanço da fronteira econômica do Brasil no rumo oeste e norte, tem como efeito indireto a formação de um mercado de terras insipiente. Na prática, a terra é relativamente barata na região. Sendo barata e havendo disponibilidade de novas áreas de ocupação mais ao norte, os investimentos em conservação do solo e das condições do meio natural cristalizaram-se como secundários em relação aos investimentos diretos na produção.

A isso, junta-se a fragilidade do poder público em fazer valer na região os instrumentos normativos e econômicos da política ambiental. Esta, com um viés de comando e controle, depara-se com limitações crônicas, de ordem institucional e de pessoal.

Na cultura produtiva que se desenvolveu ao longo das últimas quatro décadas no Centro-Oeste, pouca atenção efetiva é dada a aspectos como erosão e perda de solos, redução da biodiversidade, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos. Na prática, ao exportar *commodities* do agronegócio, o Brasil exporta também solos (perdidos em erosão), água (retirada dos rios para irrigação) e os próprios cursos d'água (comprometidos pelo assoreamento) (ver Figura 2 e Box 3). Além disso, arca com o ônus do descarte inapropriado de embalagens de agroquímicos, de doenças respiratórias, da perda de diversidade biológica resultante da conversão de florestas e da vegetação nativa em áreas de produção.

Esses são custos que não entram na conta das receitas pela exportação de *commodities*.

FIGURA 2 Voçoroca em Mato Grosso



Foto: Acervo do autor.

BOX 3 – VOÇOROCAS

As voçorocas, resultantes de práticas inadequadas de cultivo e do descumprimento da legislação ambiental, são muito frequentes na cabeceira do rio Araguaia. Cada uma pode chegar a comprimento de 5 km, profundidade de mais de 60 m e largura de 80 m. Toda essa terra é carreada para o leito do rio, juntando-se com o solo que anualmente é perdido pela drenagem da água das chuvas no momento em que estão sem cobertura vegetal. Em um raciocínio simplificado, se um hectare de terras na região custa R\$ 20 mil, seu proprietário tende a não se interessar em gastar mais do que esse valor para assegurar o controle da erosão e a proteção do solo. Fica mais barato comprar novas terras do que proteger as que estão em produção. Nesse caso, há uma clara transferência do custo ambiental (externalidade negativa) de cada produtor à coletividade, reproduzindo uma prática do tipo tragédia dos *commons* [Hardin (1968)]. Reverter esse efeito perverso demanda uma ação pública em dois sentidos: formar um mercado de terras com base em valores compatíveis com sua função ambiental, via zoneamento e políticas de uso do solo; e aplicar mecanismos normativos e econômicos efetivos para coibir práticas predatórias.

A exportação de *commodities* em estado bruto, com nenhuma ou pouca agregação de valor, implica maior dependência em relação aos preços internacionais, pressão sobre a já precária infraestrutura de transportes e de armazenamento e desperdício do fator natureza (terra, água, biodiversidade), pois é necessário muito capital natural para relativamente pouca renda, contrariamente ao que acontece em economias com alta densidade de capital. Exemplos de agregação de valor à base da economia regional são: móveis, no lugar de madeira em estado bruto; alimentos industrializados, no lugar de carne refrigerada; farelo, torta, óleo e ração, no lugar de grãos de soja; têxteis, no lugar de algodão.

Merece destaque o fato de que há uma tendência internacional de aumentar a consideração de aspectos ambientais no comércio de *commodities*. Sistemas de certificação são cada vez mais presentes, no que diz respeito tanto à qualidade dos

produtos em si (por exemplo, quanto ao uso de agroquímicos) quanto a aspectos como emissões de carbono e práticas condenadas de trabalho degradante e uso de mão de obra infantil. Essa mesma tendência de mercado abre janelas de oportunidade para certos nichos de produção, acenando com possibilidade de bônus a práticas sustentáveis. Os mecanismos de comércio justo (*fair trade*) e os certificados de procedência (como os que são adotados há muito tempo por regiões vinícolas e de laticínios) são exemplo disso.

LINHAS DE AÇÃO

A partir das considerações traçadas, cabe aqui listar possíveis estratégias de orientação das políticas públicas de longo prazo e das linhas de financiamento ao desenvolvimento da região. Algumas das linhas de ação sugeridas já estão em curso, mas demandam maior efetividade, na medida em que, como pilares, devem anteceder a implementação de outras prioridades.

Investir na mão de obra é crucial. Sendo uma estratégia que demanda tempo para chegar a resultados, tanto a educação em geral quanto a capacitação profissional visando à transição para uma base econômica com maior valor agregado são imperativos imediatos. Nesse caso, o Centro-Oeste apenas reproduz uma deficiência que se manifesta em todo o Brasil, que é a negligência crônica com a qualidade da educação. Mão de obra qualificada permite verticalização da produção, o que por sua vez proporciona maior integração entre campo e cidades, por meio de indústrias com base em matérias-primas regionais.

Financiamentos públicos têm apoiado a instalação de capacidade logística em benefício da produção do agronegócio. Isso permite a estocagem de parte da produção, com vista à comercialização em época de preço mais favorável. Mas a estrutura de armazenamento ainda é deficiente na região. É preciso ampliar tais investimentos.

Por outro lado, a base econômica do Centro-Oeste necessita de maior diversificação, de modo a reduzir sua dependência de mercados cujas regras são ditadas por oligopólios externos. A diversificação não deve se dar apenas na esfera da produção primária. É preciso também dinamizar a economia urbana de agregação de valor, impulsionando cidades de porte médio. As cidades de maior porte devem ser alvo também de iniciativas voltadas à criação de polos de educação e treinamento, de saúde e de outros serviços.

Sistemas de certificação da produção, visando à crescente fatia de mercados dispostos a pagar um bônus por produtos que obedecem a critérios ambientais e de qualidade, demandam políticas de apoio e de capacitação. Por exemplo, o maior uso das oportunidades do mercado internacional de carbono pressupõe uma complexa teia de exigências, cujo cumprimento não é banal. É relevante que haja apoio do governo e de bancos de desenvolvimento à habilitação de produtores a esse universo de negócios.

Na esfera da infraestrutura, grande gargalo dessa região que cresce rapidamente em um país que pouco investe em redes de transporte, a recomendação é um lugar-comum: implantação de um sistema baseado em modais apropriados (hidrovias, ferrovias, rodovias, aeroportos). O efeito é evidente: diminuição do custo de transporte, com efeitos sobre a rentabilidade da produção e, indiretamente, reduzindo a prática do *dumping* ambiental.

Analogamente, o provimento de energia em níveis seguros aos estabelecimentos rurais e aos centros urbanos é condição crucial a qualquer estratégia econômica. É certo que tem aumentado o acesso das propriedades, por meio de iniciativas como o programa Luz para Todos. Mas ainda há muito o que fazer nesse aspecto. Sem energia, não há como agregar valor, via processamento industrial e beneficiamento da produção primária.

A vocação turística do Pantanal está em sintonia com a tendência mundial ao aumento desse setor econômico. Para seu

desenvolvimento, é preciso investir seriamente em aeroportos e acesso em geral, hotelaria e capacitação de mão de obra. Atenção especial deve ser dada ao envolvimento da população local. Isso significa geração de empregos e também respeito aos modos de vida tradicionais.

Os produtos de base local, em geral típicos dos biomas da região (e não apenas *commodities*), devem ser valorizados. Há uma ampla gama de alimentos, ervas, cosméticos, biojoias e fitoterápicos a ser mais bem aproveitados no mercado. Um sistema de certificação e a criação de selos de procedência podem servir de alavanca a tais atividades, que, em geral, têm sua base na economia familiar rural.

Um grande desafio diz respeito aos amplos contingentes de população assistida por programas do tipo transferência de renda (Bolsa Família) e apoio a assentamentos rurais (reforma agrária), que devem ser trazidos para a esfera da autossuficiência. Isso significa ampliar o raio de atuação de políticas públicas, agregando a dimensão econômica à social. Esse é um desafio particularmente complexo, pois significa estabelecer condições (deveres) paralelamente ao caráter assistencial (direitos). As políticas agrícola e agrária devem operar de forma integrada e não antagonica na região.

Finalmente, mas não menos importante, é preciso incorporar a *sustentabilidade* como elemento motor (e não limitante) do desenvolvimento (e mesmo do crescimento). Isso implica trazer para a agenda econômica temas que em geral são vistos como integrantes da agenda ambiental: o pagamento por serviços ambientais (PSA), os sistemas agroflorestais (SAF), o reflorestamento comercial, os sumidouros de carbono (ver Box 4), a exploração de fontes alternativas de energia, a exploração de nichos de mercado para produtos orgânicos, a ambientalização das cidades. É certo que, no longo prazo, se a economia regional não incorporar a sustentabilidade como um imperativo, há forte risco de perda de mercados.

BOX 4 – É POSSÍVEL CONCILIAR ECONOMIA E AMBIENTE: LIÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA EM MATO GROSSO

Ao longo das últimas décadas, o panorama geral do noroeste de Mato Grosso é de progressiva conversão de floresta nativa em áreas de pastagem. Imagens de satélite comprovam o rápido crescimento da área desflorestada. No contrafluxo dessa tendência, uma experiência merece destaque, como iniciativa pioneira de busca de uma alternativa economicamente viável, baseada em atividades de recomposição e aproveitamento do ambiente florestal.

Em 1999 iniciou-se no município de Cotriguaçu, no norte de Mato Grosso, um projeto pioneiro – Poço de Carbono Florestal da Fazenda São Nicolau – de iniciativa da empresa automobilística francesa Peugeot, com assessoria técnica do Office National des Forêts (ONF), também da França. O objetivo principal era reflorestar 1.800 hectares de terras que haviam sido desmatadas para a implantação de pastagens, em uma propriedade de 10 mil hectares, visando sequestrar carbono atmosférico e fomentar a restauração da biodiversidade.

Perante as propriedades vizinhas, a iniciativa soava como um contrassenso, pois enquanto muitos investiam em converter florestas em pasto, o projeto seguia a via oposta. Além disso, não havia um conhecimento preciso sobre como proceder, principalmente sem lançar mão do uso de agroquímicos.

Aos poucos, entre erros e acertos, a iniciativa evoluiu e consolidou-se como um modelo que merece ser considerado. Seguindo rigorosos protocolos de experimentação e documentação, foram plantadas 2 milhões de árvores, de 51 espécies, sendo 49 nativas da região e duas exóticas (teca e jamelão).

Descobriu-se que não há incompatibilidade entre a exploração bovina e o reflorestamento, já que o gado serve para roçar o capim que compete com o crescimento das árvores, além de evitar o uso de produtos químicos.

Estudos científicos permitiram mensurar o carbono sequestrado pelo reflorestamento, e isso possibilitou que o projeto fosse aprovado para a venda de créditos de carbono, no mercado internacional. Isso permite uma renda de curto prazo, que se soma ao rendimento esperado de longo prazo, com a exploração comercial sustentável da floresta plantada.

Uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) permite que a população de um assentamento vizinho ao projeto se beneficie da coleta da castanha

na área de floresta da fazenda. Escolas das redondezas visitam o projeto como aulas práticas de educação ambiental.

A sede da fazenda transformou-se em uma estação de pesquisa e de transferência de conhecimento, sobre fauna e flora locais, em particular sobre reflorestamento com mata nativa (conservação da floresta ou manejo florestal sustentável), e em diferentes sistemas, combinando produção florestal e pecuária.

A fazenda utiliza vários dispositivos de monitoramento permanentes para estudar a evolução desses ambientes e pode servir de referência a novas iniciativas que busquem compatibilizar as dimensões econômica e ambiental. Pode, sem dúvida, inspirar políticas para a região.

Fonte: <www.reflorestamentoe carbono.com.br>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro-Oeste é uma região marcada pelo forte dinamismo de sua economia ao longo das últimas décadas. Mas é também um paradoxal retrato dos efeitos de desacertos de políticas públicas, cuja responsabilidade não pode ser imputada apenas aos administradores de seus estados e municípios. Governantes da época do regime militar (1964-1985) implementaram estratégias que buscavam equacionar impasses de outras regiões (demandas de terras produtivas), dentro de uma doutrina geopolítica que visava, ao mesmo tempo, evitar mudanças no equilíbrio das forças políticas que asseguravam um apoio no meio rural (velhas oligarquias fundiárias) e também promover a ocupação do Brasil central e da Amazônia (“integrar para não entregar”).

Se hoje há efeitos colaterais indesejáveis (degradação ambiental, déficit de infraestrutura, conflitos no meio rural etc.), há que se ter em mente que tais disfunções resultam de um *mau planejamento*. E a solução para o *mau planejamento* não deve ser o *não planejamento*, como reivindicam forças políticas liberais, mas sim o *bom planejamento*. Isso demanda algumas condições:

- i. instituições públicas sólidas e operacionais;
- ii. recursos humanos capacitados;
- iii. estratégias de desenvolvimento com horizontes de longo prazo;
- iv. integração de políticas públicas, de forma a evitar que um eixo de regulação entre em conflito com outro, provocando um jogo de soma zero ou negativa;
- v. continuidade das políticas, independentemente da alternância do poder, que é característica da democracia;
- vi. processos de decisão pública que envolvam a participação do mais amplo conjunto de atores sociais; e
- vii. consideração do custo (econômico, social e ambiental) de não agir.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CASTRO, M. I. M. *Natureza e sociedade em Mato Grosso – 1850-1930*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, n. 162, p. 1.243-1.248, 1968.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.